

O Golpe de 1964 no Brasil: problematizando discursos políticos e historiográficos¹

Rafael Fantinel Lameira²

Diorge Alceno Konrad³

Resumo:

Este trabalho tem o objetivo de problematizar a produção historiográfica sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, a partir da análise crítica do papel das esquerdas neste processo. Com tal intento, serão utilizadas as principais referências historiográficas disponíveis acerca deste tema. Almeja-se argumentar que o Golpe de 1964 não foi uma determinação histórica, nem estava dado *a priori*, como indica a maior parte da produção referente. Procura-se, também, questionar velhos mitos historiográficos e distorções presentes em recentes estudos acadêmicos acerca deste tema, que apesar de muito referenciado, e fundamental para a formação social brasileira, ainda é muito pouco estudado, efetivamente. A argumentação indica, por final, que não se pode culpabilizar a esquerda pela sedição golpista da direita. Fazê-lo significa assumir o discurso golpista como verdade histórica.

Palavras chaves: Golpe Civil-Militar de 1964, historiografia, populismo e democracia.

O Golpe de 64: O discurso legitimador como verdade histórica

Apesar de ser parte de um período ainda relativamente pouco estudado na formação social brasileira, muitas coisas significativas foram produzidas acerca do Golpe Civil-Militar de 1964, suas causas e determinações. Recentemente, uma determinada vertente historiográfica se auto-proclamou revisora de supostos equívocos contidos em análises históricas anteriores. Entretanto, um estudo mais criterioso sobre o conjunto das obras disponíveis pode nos indicar alguns elementos importantes a respeito das principais interpretações historiográficas e sociológicas relativas ao Golpe de 1964 e seu caráter ainda extremamente incipiente.

Estudando cautelosamente as principais obras referentes à democracia brasileira implementada após o fim do Estado Novo e o Golpe Civil-Militar que implantou a ditadura em 1º de abril de 1964, duas características precípuas chamam a atenção. Estas duas características estão intrinsecamente relacionadas e profundamente arraigadas no discurso histórico e sobre elas

¹ Este trabalho está inserido no Projeto Estado, Movimentos Sócio-Políticos e Golpe Civil-Militar: Rio Grande do Sul 19654-1964, que conta com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma revisão bibliográfica, que já incorporou novas contribuições. Entretanto, incorpora-las ao texto a posteriori tiraria sua originalidade e desencadeamento, portanto, optou-se por manter a forma original com revisões de escrita.

² Autor, acadêmico de graduação em História na UFSM. Bolsista de Iniciação Científica da FAPERGS 2007-2008.

³ Orientador, Professor do departamento de História da UFSM, doutor em História Social do Trabalho pela Unicamp.

se erigem os principais argumentos explicativos a respeito do crepúsculo da chamada “democracia populista”.

Em primeiro lugar, na grande maioria dos estudos, inclusive nos mais recentes, O Golpe de 1964 é tratado como uma determinação histórica. Tomado, em si mesmo, com variações explicativas e abordagens distintas, ele está dado *a priori*, pelas características da democracia implantada em 1945, pelas práticas populistas, pela necessidade histórica, pelo rompimento de uma ordem econômica, determinação das estruturas ou pela reação das classes conservadoras aos avanços dos movimentos populares. Independente da abordagem escolhida ou dos nexos explicativos e causais, o golpe, está determinado historicamente e tomado com um fim em si mesmo, como ponto de partida e de chegada. Como uma premissa fundamental.

Em segundo lugar, mas não menos importante, grande parte da discussão historiográfica sobre o Golpe de 1964 gira em torno das mesmas premissas. Quase invariavelmente, todos os argumentos explicativos acerca de 64, assumem, direta ou indiretamente, o discurso dos vencedores como verdade histórica. Este, na grande maioria das análises correntes é fruto, ora da incapacidade, ora da ofensiva das esquerdas radicalizadas e sem apreço pela democracia, da crise do modelo econômico em xeque, crise da “democracia populista” ou da debilidade do movimento operário manipulado por malvados políticos demagogos, para citar os mais freqüentes. Todos estes argumentos são justamente, utilizados por aqueles que arbitrariamente romperam a ordem constitucional para justificar a pretensa “revolução” que livraria o Brasil das garras do comunismo e da suposta “República Sindicalista”. Entretanto, muda-se umas palavras, alguns jargões, e substituem a palavra *revolução* por *golpe*, e pronto. Está estabelecida a explicação corrente e inquestionável. Está definitivamente explicado o Golpe. A partir dela, algumas variações são postas para contemplar determinadas posições políticas contemporâneas, mas que seguem assumindo os debates pela memória, majoritariamente em favor do trabalhismo e de Goulart, como explicação histórica. Divergências de fundo que não fogem ao eixo central estabelecido, ainda na década de 1960, pelo complexo formado pelo Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), pela Escola Superior e Guerra (ESG) e pelos vencedores do movimento de 1964.⁴ Verdade e poder, aqui

⁴ Sobre a construção ideológica do Golpe e o papel desta “tropa de choque das direitas” formada pelo complexo IPÊS-IBAD e pela ESG, está no excepcional trabalho de Dreifuss. DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Ação política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

andam de mãos dadas. E os historiadores compram o discurso dos vencedores como verdade histórica.

A partir deste eixo principal de explicação sobre o golpe de 1964, constroem-se interpretações, que diretamente ligadas a este, preenchendo a concepção construída *a priori*, pelos historiadores, de fatos ou dados que respaldem suas análises, mas sempre na perspectiva de um suposto fim inserido no processo histórico. Salienta-se que não ser determinista, na análise histórica, é mais do que uma mera declaração de intenções. Deve ser uma práxis efetiva. Um historiador se declarar contra estas determinações, não é um antídoto anti-mecanicista.

Destarte, pretende-se demonstrar como estas análises são construídas em torno destas determinações históricas, assumindo o discurso golpista e justificador através do estudo das principais obras acerca das diferentes vertentes explicativas, tomando como referencial de análise, o papel das esquerdas neste processo, que é fundamental para compreensão do Brasil contemporâneo e objeto de muitas controvérsias. A partir desta análise argumentar-se-á que o Golpe de Estado desfechado contra o governo de João Goulart não estava dado *a priori* e que não se pode assumir o discurso legitimador dos vencedores como verdade histórica.

Apesar da enorme importância que todos os temas possuem para a compreensão global deste processo, não será possível abordá-los detalhadamente, o que não é o objetivo deste trabalho. Não é a pretensão, desta análise, construir uma explicação global e acabada, uma interpretação única e final. O intento é contribuir com alguns elementos para o debate historiográfico, a fim de que possamos rever o que está dado como pronto e contribuir para a construção do conhecimento histórico.

As esquerdas, a luta de classes e o Golpe Civil-Militar

Em estudo recente, Jorge Ferreira afirma que as pesquisas acadêmicas já revelaram há muito tempo a participação da direita na conspiração e na execução do Golpe Civil-Militar de 1964. Para ele, trata-se de “algo consensual: as direitas mobilizaram-se no sentido de conspirar contra a democracia e, na passagem de março para abril implantaram uma ditadura”.⁵ No entanto, para o autor, o papel das esquerdas, neste processo, ainda é muito pouco estudado. Fato que deve-se concordar, pelo menos em parte. Muito pouco se produziu até o momento em que se escreve

⁵ FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47 - 2004. P. 182.

este texto a respeito da participação das esquerdas no processo de derrubada da incipiente democracia instalada pela constituinte de 1946. Pouco estudado também é o papel dos movimentos sociais, em especial o movimento operário, tanto no desencadeamento do golpe conservador, quanto na ditadura civil-militar imposta por este. Ainda, praticamente inexplorado pela historiografia está o tema do papel do conjunto destes atores no processo de abertura política que levou ao fim do regime.

Apesar da discordância em relação a parte da primeira asserção do referido autor, conforme exposto anteriormente, é o segundo ponto que será relevante para o presente objetivo de análise. Principalmente, acerca do papel das esquerdas no processo de desencadeamento do golpe pela aliança entre a direita golpista capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN) e as facções conservadoras e golpistas dos militares que orbitavam em torno da Escola Superior de Guerra (ESG). Conforme já escrito anteriormente, grande parte da produção sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, além de ser percebido de uma forma mecanicista, assume, em grande medida o discurso dos vencedores desta empreitada sediciosa como verdade histórica e explicação última dos fatos. Não será diferente com as interpretações acerca da atuação das esquerdas na democracia liberal, implantada após o Golpe de Estado que pôs termo a ditadura do Estado Novo. Inevitável. Previsível. Fruto ora de seu despreparo, ora de seu excessivo radicalismo, do seu enquadramento no regime populista, a derrota das esquerdas, pela direita, é tomada como um dado determinado mecanicamente, fruto de uma linearidade que toma o crepúsculo deste período como elemento explicativo de sua totalidade.⁶ Mais além, estes argumentos encobertos por uma pretensa aura de “neutralidade”, “distanciamento histórico” e de cientificidade, retomam quase na totalidade os mesmos argumentos utilizados pelos desencadeadores do Golpe como elemento justificador e legitimador do rompimento da ordem constitucional perpetrado no pior dia dos bobos da história do Brasil.

Retomar-se-á como ponto de partida o texto do Prof. Jorge Ferreira que se propõe a esclarecer o papel radical desempenhado pela esquerda no pré-64. Ainda segundo seu argumento, todas as interpretações correntes são de que a radicalização política que culminou no Golpe devem-se, exclusivamente, a articulação dos atores reacionários, enquanto as esquerdas,

⁶ Este argumento está fortemente inspirado na crítica também realizada por SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: **Na luta por direitos**: Estudos recentes em História Social do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

vitimizadas, se prendiam na defesa das reformas e da democracia. Vitimizadas, tanto pela direita, que desfechou o Golpe, rompendo a ordem constitucional, quanto pelo presidente Jango, que vacilante não aceita resistir ao lado dos movimentos populares. Portanto, conforme Jorge Ferreira, o Golpe foi resultado do processo de radicalização crescente da luta de classes que culminaria no desfecho do golpe pelos setores conservadores da sociedade contra as esquerdas que superestimaram seu poder de mobilização e se equivocaram na análise da situação de forças, acuando as classes dominantes sem ter forças suficientes para sustentar esta empreitada. Além disto, ele afirma que a democracia não estava na pauta tanto da direita quanto da esquerda, se aquela não desse o golpe, esta o faria.

Embora fragmentadas e heterogêneas, continua o autor em sua explicação, as esquerdas se mobilizaram em torno da Frente de Mobilização Popular, capitaneada por Brizola, para pressionar o Presidente João Goulart pelas reformas de base. Reformas que também faziam, historicamente, parte do programa trabalhista de Jango, mas que se intensificaram desde sua gestão no Ministério do Trabalho na Presidência de Getúlio Vargas (1951-1954). Entretanto, as consecutivas tentativas conciliadoras do Presidente da República, com políticos de centro e até mesmo conservadores, teriam deixado as esquerdas impacientes pelo fim da conciliação e início da radicalização pelas reformas de base. Brizola teria insistido, constantemente, para que João Goulart desse um Golpe de Estado, para se manter no poder, antes que as direitas o fizessem. Entretanto, a tática de Goulart seria ampliar sua base e isolar seus opositores, sem abrir mão do apoio das esquerdas, seus mais antigos aliados. Porém, as esquerdas estariam certas de sua superioridade, invocando constantemente a vitória obtida frente aos golpistas em 1961, quando evitaram a tentativa de impedimento da posse de Jango, e acreditavam na necessidade de um confronto com as direitas e, a demora do presidente por uma definição, teria as feito isolá-lo cada vez mais. Visto com desconfiança pelas direitas e sem o apoio das esquerdas, João Goulart ficaria cada vez mais enfraquecido.

As constantes crises econômicas e institucionais teriam aumentado a influência dos golpistas na sociedade, através de uma ampla campanha contra o governo e contra o comunismo das esquerdas. Enfraquecido, o Presidente Jango tomaria o lado das esquerdas na radicalização e teria dado uma guinada em relação a realização das reformas. O comício do dia 13 de março de 1964 seria o marco da opção de Goulart. Ambos, governo e esquerdas, começariam a atacar o Legislativo e a ordem constitucional como empecilhos a realização das reformas. Assim, a

bandeira da legalidade e da constitucionalidade, que em 1961, favoreceu a vitória das esquerdas mudava de mão. As direitas se apresentavam como defensoras da ordem contra o “perigo comunista”. Assim, as esquerdas e as direitas tinham seus projetos definidos, ambas escolheram o confronto. As direitas fortalecidas e com a defesa da legalidade venceram. As esquerdas, superestimando suas forças e com um profundo sectarismo, se afastando da sociedade e da legalidade, foram derrotadas. A democracia caíra, no dizer de Jorge Ferreira.⁷

Logo de início, algumas conclusões saltam aos olhos nesta interpretação do prof. Jorge Ferreira. Primeiro, os valores são invertidos, e as vítimas se tornam algozes, minimizando o papel das direitas e dos militares na conspiração golpista. Segundo, o Presidente João Goulart aparece como Presidente reformista e conseqüente pressionado pelas esquerdas e vitimado por estas ao jogá-lo numa encruzilhada. As lutas por reformas são transformadas em lutas golpistas e o sofisma histórico passa a imperar. Se a direita não desse o golpe a esquerda daria... Este argumento está mais para uma elucubração abstrata do que para uma interpretação historicamente válida. Um sofisma hipotético que não cabe a um historiador. Não nos cabe imaginar, nem fazer elucubrações sobre as possibilidades hipotéticas, mas sim, tentar compreender e interpretar o processo histórico. Além disto, em nenhum momento o conjunto das organizações de esquerda, embora alguns partidos o tenham o feito paralelamente, reivindicaram a ruptura da ordem institucional. As suas lutas giravam em torno das reformas de base e da ampliação da democracia incipiente como pressuposto para superação de desigualdades históricas e a construção de um capitalismo mais humano. Por fim, parece inaceitável imbuir a pecha de golpista a qualquer ator político que faça críticas às limitações da própria democracia, dentro de um regime democrático. Estes argumentos, também, remontam diretamente a legitimação dos conspiradores de 1964. A “revolução”, no discurso oficial, foi inevitável para impedir o golpe das esquerdas, e de Jango, e a subversão da ordem. Assim, a História assume a versão dos vencedores.

Na mesma linha, embora com objetivos diferentes, Carlos Fico empreende uma tentativa de discutir a principal historiografia acerca do Golpe e da Ditadura Militar. O referido autor, em *Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, argumenta que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados graças a pesquisa factual e o afastamento histórico-temporal que abre caminho ao “distanciamento político” que permitiria enfrentar “tabus” das esquerdas sem que por isso se receba a pecha pejorativa de *reacionário*. Segundo ele, tem sido destacado o

⁷ FERREIRA, Jorge. op. cit.

pequeno apreço de todos os atores históricos do período, pela democracia, inclusive as esquerdas e o perfil vacilante, a inabilidade e o possível golpismo do Presidente João Goulart, ao contrário do político reformista vitimado por golpistas reacionários.⁸ Argumentos que já explicitados anteriormente, somado a um suposto golpismo de Jango, mais uma elucubração anti-histórica, do que uma análise real. Não nos é possível saber o que poderia ter acontecido, mas sim tentar *compreender* o que aconteceu. As direitas deram o golpe e não Goulart, nem as esquerdas, e mais precisamente, são os próprios golpistas que invocam estes argumentos para legitimar a sua ação, diminuindo sua responsabilidade no movimento sedicioso. Então, que distanciamento é este? Que distanciamento se apropria do discurso legitimador a fim de referendar uma suposta análise “anti-mítica”?

Análise distinta, mas que já traz embrionariamente estas explicações causais que apontam para os equívocos da esquerda, embora não de forma culpabilizadora, mas com um tom de derrota é a do Prof. Daniel Aarão Reis Filho, um dos pioneiros na tentativa de compreensão do Golpe de 1964 a partir da perspectiva da esquerda.⁹ Sua obra clássica, e com nome bastante sugestivo *A revolução faltou ao encontro*, empreende um esforço no sentido de tentar interpretar os equívocos das organizações de esquerda que levariam a derrota de 1964. Para ele, tal derrota é resultado inelutável de elementos constitutivos da própria formação marxistas das organizações de esquerda atuantes no pré-64. Em primeiro lugar, o autor salienta que para estas organizações manter os princípios revolucionários sempre foi mais importante do que assegurar a sintonia com o processo vivo da luta de classes, resultado direto do que ele chama de condições de Estado-Maior da revolução das organizações de esquerda e sua qualidade de vanguarda política do proletariado. Este descompasso seria resultado direto da cópia de modelos revolucionários externos e sua aplicação quase mecânica à realidade nacional. Por fim, a hegemonia de intelectuais de classe média afastaria estas organizações de esquerda da realidade objetiva da classe operária. Uma de suas conclusões é a de que os comunistas se preparariam para a revolução se afastando da realidade que pretendiam revolucionar. Desta forma, o Golpe de 1964 embora, segundo ele, anunciado e antecipado, eliminaria utopias e surpreenderia a todos os comunistas e esquerdistas. Outro grande motivo para a derrota das esquerdas seria a sua grande

⁸ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47 – 2004. P. 29-60. Parece que Fico não considerou os recentes trabalhos de Jorge Ferreira que continuam a apresentar João Goulart como Presidente reformista vitimado por golpistas reacionários e, pior, pelas esquerdas radicalizadas e também, possivelmente, golpistas.

⁹ É claro que a referencia ao pioneirismo na interpretação não se refere as memorialísticas produzidas largamente.

divisão baseada em elementos secundários, que impediriam até mesmo a formulação de uma identidade própria entre os partidos – Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM– POLOP) , as fragilizando frente a uma direita unida contra a mobilização popular.¹⁰

Embora não sendo seu objetivo principal, a análise sobre o Golpe de Estado empreendida pelo referido autor é significativa, na medida em que põe no debate outras questões importantes. Ele identifica a primeira metade da década de 1960 como um período de debates e lutas, de alternativas em jogo, anos de crise. Em sua visão, as instituições políticas eram incapazes de conciliar os interesses dominantes e dar conta das pressões dos dominados. Para piorar o quadro político, os mecanismos de renovação do regime não funcionavam mais. Desta forma, “as contradições sociais agravaram-se num ritmo mais veloz do que os prazos institucionais permitiam”.¹¹ O Golpe, resultado também de sucessivas crises econômico-financeiras, destruiu uma correlação de forças aparentemente equilibrada, instalando uma Ditadura Militar que reforçou a hegemonia do capital internacional no bloco de poder.¹²

Esta argumentação trata-se de um acerto de contas com seu próprio passado. Um ex-militante refletindo sobre seus equívocos. Que os comunistas possam ter se equivocado na análise da correlação de forças, até se pode considerar. Agora, afirmar que se desconhecia a realidade nacional e que se implantava análises aos modelos estrangeiros é um equívoco, na medida em que a maioria das organizações realizavam avaliações distintas com enorme esforço de interpretação. E como já salientou Fernando Teixeira da Silva, se comunistas e trabalhistas exerciam lideranças no movimento operário, era apenas enquanto correspondiam aos anseios da classe que lideravam.¹³ Sobre suas interpretações a respeito do Golpe de 1964, fica patente, mais uma vez, a determinação causal estabelecida entre as crises e o Golpe como situação inevitável. Sem dúvida, se tratou de um período de embate de idéias e de projetos distintos. Entretanto, numa visão extremamente institucionalista ele não percebe que em nenhum sistema político as contradições sociais e os prazos institucionais coincidem harmonicamente e nem por isto se desencadeiam sucessivos golpes de Estado. Além disso, as crises continuam sendo uma boa saída

¹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹¹ Idem, p.21.

¹² Ibid, p.22.

¹³ SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: **Na luta por direitos**: Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. Este assunto será aprofundado posteriormente

explicativa enquanto parecem por si só argumentos contundentes. Para tudo se apelam às crises de todos os tipos e gostos: políticas, econômicas, financeiras, de partido, de democracia, enfim. Embora, muito pouco sobre elas se tenha explicado e em que medidas exercem papel importante nesta conjuntura. O capitalismo é um sistema que convive com sucessivas crises, que fazem parte de sua própria dinâmica, e nem por isso se presenciaram sucessivos Golpes de Estado a revelia da vontade dos sujeitos, como faz parecer o texto em questão.

René Armand Dreifuss, em *1964: a conquista do Estado*, um clássico da historiografia, ressalta a existência de um longo e complexo processo de luta política de um setor de classe, ou de um bloco de poder, pela realização de seus interesses, conscientemente defendidos. Isto porque o domínio econômico do capital multinacional no Brasil não gozava de uma liderança política do mesmo porte. Para ele, os grupos organicamente ligados ao capital, a burguesia, organizaram grupos de pressão e federações profissionais de classe e escritórios técnicos para conseguir que seus interesses tivessem expressão a nível de governo. Desta forma, o complexo IPES-IBAD teria funcionado como um Estado-Maior da burguesia multinacional associada que desenvolveu uma ação calculada e planejada que levou a conquista do poder de Estado. Este Estado-Maior da BURGUESIA exerceu a fundamental função de construir e difundir a ideologia burguesa que criaria as condições para a tomada de poder de forma não legal, já que as outras formas de conquistá-lo haviam fracassado por diversas vezes, inclusive na fracassada manobra de impedir a posse de Jango em 1961. Estes grupos civis criaram uma ampla rede de ligações com as Forças Armadas e construíram, conseqüentemente, uma estreita relação com a ESG, órgão político ideológico dos militares, responsável pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional. Assim, o que se viu em 1964 foi a culminância de amplo movimento civil-militar capitaneado pelas instituições orgânicas da burguesia multinacional e associada.¹⁴

Embora com algumas limitações e deficiências, compreensíveis pelo porte da análise realizada por Dreifuss, esta é, provavelmente a mais completa e melhor análise do Golpe Civil-Militar de 1964 ao considerar o processo em sua complexidade e a atuação consciente dos sujeitos históricos. Apenas poder-se-ia objetar, em relação ao seu estudo, a exacerbada autonomia conferida ao papel do complexo IPES-IBAD e a marginalização conferida ao papel exercido pela mídia neste processo que construção do consenso que levaria ao aceite e a própria ofensiva

¹⁴DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

contra Goulart e a democracia. Este trabalho consegue romper a determinação do Golpe percebendo sua complexidade e sua construção política. Além disto considerar a construção golpista apenas a partir de 1961 é uma perspectiva demasiado curta que tende a excluir da compreensão deste processo os elementos de longa duração, como a cultura política autoritária das classes conservadoras, por exemplo.

João Quartim de Moraes guarda uma posição semelhante a de René Dreifuss. Para ele, a proximidade do duplo fracasso das tentativas golpistas de agosto-setembro de 1961 e fundação do IPES e a reativação do IBAD, integrantes do “feixe cripto-fascista” que iria assaltar o poder em 1964.¹⁵ Para o autor, porém, se sobressai o caráter reacionário do golpe na medida em que foi desferido contra a crescente mobilização dos trabalhadores e dos movimentos sociais, que vinham num ascenso desde a vitória de 1961 sobre as forças golpistas, ampliando cada vez mais suas reivindicações e a luta pelas reformas de base. O autor chama a atenção também para a falsa dicotomia que se estabelece sobre um caráter profissional e outro político do Exército. São sim, profissionais que exercem uma função essencialmente política na medida em que mantêm o monopólio do aparato bélico para defender o Estado e as instituições vigentes, não qualquer instituição, mas o *status quo*.¹⁶

Visão distinta as de Dreifuss e de Moraes apresenta Jacob Gorender sobre 1964, em *Combate nas Trevas*, obra clássica que trata das esquerdas e a luta armada. Embora não seja seu objetivo, o autor não se furtou em construir sua visão acerca do golpe que implantou a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para Gorender, o Golpe de Estado se tratou da imposição, por parte de setores da burguesia industrial que já gozava de incontestável preeminência econômico-social, de um governo forte e repressivo, capaz de negar concessões aos trabalhadores e forçá-los a aceitar as medidas recessivas de um período de crise do capitalismo brasileiro. Desta forma, a crescente mobilização do momento pré-1964 se tornava, para o autor, uma real ameaça às classes dominantes e ao imperialismo, que optou por uma “modernização conservadora”, ceifando os movimentos populares, e desmobilizando o que ele chama de ponto mais alto da luta de classes no Brasil, esboçando uma situação pré-revolucionária, definindo assim, o Golpe direitista pelo seu caráter contra-revolucionário.¹⁷

¹⁵ MORAES, João Quartim de Moraes. Em torno de 1964: Contra-revolução liberal, Golpe de Estado e Ditadura. In: **Ditadura e Liberalismo no Cone Sul**. Campinas: Unicamp – IFCH, 2001.

¹⁶ Idem.

¹⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 5. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

Apesar da contraposição que se faz apresentar, por alguns autores, entre as teses de Gorender e Dreifuss, estas não são mutuamente excludentes. Pelo contrário, fazem parte de um mesmo processo de construção do Golpe Civil-Militar que estabelece a hegemonia da burguesia multinacional no aparelho de Estado brasileiro, em oposição às lutas dos trabalhadores na tentativa de ampliar seus direitos. Apenas pode-se identificar, na análise de Jacob Gorender um relativo exagero no papel das esquerdas na mobilização e no alcance de suas forças sociais nesta conjuntura. Destarte, esta reação conservadora não foi, somente, uma exigência do estágio do desenvolvimento capitalista no Brasil, mas também, uma opção política da classe dominante para não por em risco sua hegemonia social. Não era uma revolução, contudo, que estava em curso, a partir dos movimentos populares, mas sim, uma luta social e democrática em busca de direitos, dentro dos marcos do regime liberal.

Nesta mesma perspectiva, Caio Navarro de Toledo, em síntese sobre o processo de construção do Golpe na conjuntura de 1961-1964, *O Governo Goulart e o golpe de 64*, também defende que as reformas de base protagonizadas por Goulart e pelas esquerdas visavam resolver impasses enfrentados pelo capitalismo brasileiro, carecendo de fundamento sua caracterização como ações transformadoras. Segundo ele, o equívoco das esquerdas foi acreditar que a suposta burguesia nacionalista iria apoiar as reformas no sentido de modernizar o capitalismo brasileiro, contra os interesses imperialistas e oligárquicos. O Golpe, segundo Toledo, foi resultado da reação das classes dominante frente à guinada à esquerda empreendida pelo governo populista de Goulart, que radicalizou sua luta pelas reformas de base a partir de meados de 1963. Jango, que já era visto com desconfiança pela classe dominante, agora era claramente um grande risco contra seus interesses.

Não obstante, os próprios setores populares viam Goulart com desconfiança pelas suas práticas conciliatórias e pelo caráter conservador de seu malfadado plano trienal, que não conseguiu nem combater inflação nem possibilitar desenvolvimento econômico, apesar de seu caráter antipopular, através de arrocho salarial e contenção de investimentos sociais.¹⁸ Para Toledo, o Golpe foi a opção da burguesia por uma “modernização conservadora”, na medida em que as reformas necessárias ao capitalismo brasileiro seria implementadas repudiando o nacional

¹⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

reformismo, através de um Estado Burguês-militarizado, que excluiria a participação perigosa da classe operária e dos movimentos sociais da cena política.¹⁹

Em estudo mais recente, o mesmo autor, constrói uma interpretação sobre o Golpe de 1964, que de certa forma é uma revisão da sua proposição inicial e, também, uma resposta as últimas tentativas revisionistas de minimizar o papel das direitas e dos militares no movimento de 1964 e, no mesmo movimento culpabilizar as esquerdas pelo seu “pequeno apreço pela democracia”, seu suposto golpismo e a superestimação de suas forças. Em *1964: o Golpe contra as reformas e a democracia*, o autor reafirma o caráter reacionário, conservador e autoritário do Golpe. Apesar de continuar compreendendo este de uma forma determinista, logra avanços no sentido de reafirmar o movimento político-militar como um golpe contra as reformas, defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e contra a incipiente democracia burguesa nascida em 1945. Invocando Florestan Fernandes, ele afirma que se procurava impedir uma transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada, com crescentes espaços para a participação popular. Desta forma ele rejeita a tese dos vencedores, e que de certa forma algumas vertentes historiográficas voltam a assumir, passados 40 anos, sob a pretensa aparência de distanciamento, mesmo que ele não faça esta associação diretamente. Por outra monta, Toledo abre caminho para outra crítica a ser feita a maior parte da historiografia relativa a este processo. Não se pode compreender o Golpe Civil-Militar como resultado da crise de uma democracia que ainda era incipiente, justamente quando ela realmente começava a se tornar uma democracia, no sentido de regime político onde diferentes projetos de sociedade disputam a hegemonia e o poder. Esta disputa gerou um rico debate de idéias que o Golpe estancou de forma autoritária. Reafirma-se conseqüente, que a democracia, para as direitas, embora constantemente reivindicada, é tolerada somente até o limite onde seus interesses de classe não sejam ameaçados.

A maldição das esquerdas: o populismo como prática política.

Caio Navarro de Toledo traz uma formulação que em maior ou menor grau figura em grande parte dos estudos sobre o Golpe de 64, suas causas e desdobramentos. O populismo como prática política fundamental para a compreensão do regime democrático liberal instalado a partir do fim do Estado Novo, em 1945. Em quase todas as formulações, as práticas populistas das elites políticas aparecem como elo de ligação entre a política desenvolvimentista e a democracia

¹⁹ Idem.

incipiente, fundamentada na organização política de massas. Sob diferentes aspectos, as práticas populistas aparecem quase sempre como elemento explicativo sobre o fracasso das esquerdas e do movimento operário, sem autonomia, manipulado por líderes demagogos, com sua organização de classe tutelada pelo Estado, numa via de mão única – o Estado forte que absorve a sociedade civil e as organizações de classe de forma controlada, transformando os atores em objetos, ao invés de sujeitos de sua própria história. Pela importância destas formulações é importante analisá-las de forma mais detalhada.

Em análise clássica e pioneira na Historiografia sobre o Golpe Civil-Militar de 1964, embora seja muito mais uma análise sociológica do que uma interpretação histórica, Otávio Ianni estabelece as principais bases explicativas do Golpe de 1964, que serão a tônica nos debates acadêmicos e nos estudos posteriores. Com algumas variações e ajustes, seu modelo explicativo, de certa forma ainda é predominante se não na academia, com certeza nos livros didáticos e no senso comum da grande maioria das pessoas. Segundo Ianni, o Golpe pode ser explicado pelo surgimento, apogeu e colapso do populismo, utilizado também com muitas outras designações, como política de massas, modelo getuliano ou simplesmente getulismo. O colapso do populismo designa assim, o rompimento de um padrão de acumulação de capital baseado no modelo de substituição de importações e na crescente industrialização com o seu modelo político de gestão do Estado e de relações entre líderes demagogos e massa proletária, o *populismo*.²⁰

O populismo é entendido, pelo autor, como uma relação sócio-política de organização das massas utilizadas como forças políticas, independentemente de partidos, através de líderes carismáticos e demagogos que manipulam as massas operárias para sustentar um compromisso nacional baseado na conciliação de interesses entre as classes para o desenvolvimento da nação. A estrutura sindical varguista, através dos líderes “pelegos”, seria uma peça chave neste intrincado jogo de forças que sustentaria o incipiente modelo industrial de desenvolvimento econômico.

Em sua lógica, quando o equilíbrio do sistema é rompido com a entrada em massa de capitais estrangeiros no país, e o desenvolvimento de interesses internacionalistas na burguesia, a fim de romper com o modelo nacionalista de desenvolvimento e com a política populista que ameaça cada vez mais a radicalização das demandas operárias, esta burguesia rompe o pacto populista. Desta forma, para ele, o Golpe era inevitável na medida em que se aprofundava a

²⁰ IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

contradição entre o desenvolvimento econômico internacionalizado e a política de massas baseada no compromisso populista. Na encruzilhada da História, a burguesia solapou então o modelo getulista de desenvolvimento, aprofundando a sua ligação com o imperialismo internacional, e adotando políticas autoritárias para implementar os ajustes estruturais necessários, como arrocho salarial aos trabalhadores, ao aumento de sua acumulação de capital num desenvolvimento associado e dependente, através de um golpe de Estado, onde a burguesia impôs sua ordem através da tutela dos militares. Era o colapso do populismo.²¹

Recentemente algumas críticas vêm sendo realizadas a este modelo explicativo. Além disto, a própria existência do populismo está sendo questionada como instrumento de análise histórica. Temas estes que abordarei adiante. Por hora quero salientar que a grande preocupação desta análise sociológica em construir um modelo explicativo amplamente válido cria uma totalidade explicativa *a priori* que desconsidera fundamentalmente a realidade supostamente analisada. Deste modo a categoria populismo aplica-se a realidades e fenômenos distintos indiscriminadamente, e a classe operária é objeto de sua própria história. É patente nesta análise, a desconsideração do operariado como ator no processo histórico, considerado apenas como massa de manobra acrítica da classe dominante e seus serviços políticos.

Uma postura, embora contemporânea, mas completamente distinta de Octávio Ianni é a de Moniz Bandeira, em *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Para o autor, que mitifica a imagem de Jango como um líder trabalhista, do povo, em função da “democrática” estância gaúcha, Jango não pode ser considerado como populista, porque este, mesmo sendo um fenômeno complexo, pressupõe um estilo individualista de cunho demagógico com base pequeno-burguesa, apoiada na manipulação das massas, e Jango era um reformista. Isto porque Goulart teria se construído a partir da atuação junto ao sindicalismo, das massas organizadas e num partido político – Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de tradição trabalhista, fundada no operariado e próxima a social democracia européia – e não como uma liderança que ascende pelo carisma pessoal, através da demagogia e manipulação de massas.²² Para Moniz Bandeira, o Golpe foi uma reação burguesa à política reformista do Presidente João Goulart, que, mesmo tentando uma conciliação com setores mais conservadores, a fim de ganhar estabilidade para implantar as

²¹ Ibid.

²² BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

reformas de base, sempre quis permanecer fiel as suas origens políticas que lhe davam sua principal sustentação, as esquerdas.²³

Destarte, um ponto no trabalho de Moniz Bandeira merece muita atenção. Ainda em 1978, através de farta documentação e relatos de contemporâneos, o autor comprovou e trabalhou detalhadamente o papel do governo dos Estados Unidos na construção e desencadeamento do Golpe de Estado em 1964, inclusive, estando disposto a auxiliar não somente com material bélico e com logística, para as tropas sediciosas, mas também com homens para o combate, os chamados “boinas verdes”. Além disto, ele reconstrói o papel ativo no Governo dos EUA no processo de pressão e desgaste do governo Goulart, e no financiamento de políticos de direita, no repasse de verbas ao IBAD para financiar campanhas de candidatos opositoristas e governos de adversários políticos de João Goulart, as chamadas “ilhas de sanidade fiscal”. Este trabalho, e, principalmente, esta detalhada análise da participação dos Estados Unidos no Golpe de 1964, é amplamente negligenciada na historiografia. Coincidência?

Este livro, apesar de exagerar no papel reformista do Presidente João Goulart, transformando-o num mártir reformista e negligenciando seu papel na formulação da estrutura sindical de modelo corporativista, é muito positivo do ponto de vista de uma boa síntese que aponta os elementos progressistas da administração de João Goulart, na busca de reduzir desigualdades, e o papel das lutas sociais neste processo conturbado de disputas políticas. Além disto, Moniz Bandeira consegue, amparado em farta documentação, desmascarar o papel dos EUA no processo de construção e consolidação do Golpe conservador de 1964. As duas maiores críticas que se pode fazer a este trabalho de pesquisa exaustiva, além da defesa apaixonada de Jango e sua política trabalhista-reformista, são tanto, basear-se fidedignamente aos depoimentos dos personagens envolvidos no processo golpista, de ambos os lados, transformando assim, quase mecanicamente, memória em história, quanto a de tratar as lutas sociais de uma forma estritamente vinculada à institucionalidade, ou seja, as lutas sociais emanavam ou eram tuteladas pelo governo Janguista, tomado como principal agente histórico da intensa luta de classes em curso no início dos anos 60. Os movimentos sociais continuam no papel de quadjuvantes na construção de suas demandas e de sua própria história.

Recentemente alguns trabalhos vêm questionando a validade da utilização do conceito de populismo como categoria explicativa para um conjunto de fenômenos sócio-políticos díspares,

²³ Idem.

criando generalizações totalizantes nos padrões de organização política, principalmente da classe operária, tomada como sujeito passivo da história, sem condições de formular um projeto próprio, ou de atuar independentemente de líderes demagogos ou sindicalistas pelegos, responsáveis pela manipulação de massas. Um dos críticos mais fortes a categoria de populismo é Jorge Ferreira que vem estudando a organização dos trabalhadores na democracia implementada pós-Estado Novo. Populismo para o autor, em artigo intitulado *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*, não é um fenômeno político que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964, nem uma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade. O autor discorda sequer que tenha existido um período populista. Ele defende que o populismo é uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e, portanto construída, para explicar essa mesma política. Categoria, construída pejorativamente para apagar a tradição trabalhista no movimento operário, e esconderia a capacidade de negociação da classe operária a fim de gozar acordos com o governo e de lograr êxito em suas reivindicações. As esquerdas permaneceriam, segundo sua crítica, presas às amarras deste tipo de relação política, incapazes de formular um projeto próprio, aproveitando-se dos mecanismos populistas a fim de se infiltrar no sindicalismo oficial. Ainda, segundo ele, o populismo é um adjetivo utilizado para denegrir o adversário, o outro, tendo como referencia questões políticas e, constantemente político-partidárias.²⁴

A argumentação de Jorge Ferreira é bastante extensa. Seus questionamentos, sobre a utilização e generalização da categoria populismo a fim de explicar um conjunto de fenômenos dispare e a passividade da classe operária, são pertinentes. Entretanto, sua conclusão pela necessidade de negação total da categoria populismo, e também, pela negação das práticas corporativas de cooptação dos trabalhadores, embora não absolutas, a partir da exaltação latente da tradição trabalhista, torna-se bastante problemática e generalizante no sentido contrário. Os papéis são invertidos - da absolutização plena à negação total do fenômeno. Negação esta que oculta, na sua essência, as práticas corporativas do sindicalismo varguista, bem como, as medidas repressivas também implantadas pelos sucessivos governos no intuito de tentar limitar o poder reivindicatório e mobilizador do movimento operário. Ou seja, a negociação ia apenas até o limite tolerado pelas classes dominantes e pelo Estado. Vargas e seus sucessores, não abriram

²⁴ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Jorge Ferreira (Org.). **O populismo e sua História: Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

mão das práticas repressivas e das limitações políticas impostas ao movimento operário, pondo em xeque o caráter democrático do regime pós-1945 no Brasil.²⁵

Em relação à invenção do conceito de populismo, argumentada por Jorge Ferreira, para explicar este conjunto de fenômenos políticos é até desconcertante ter que afirmar, em relação à um historiador, que todos os conceitos são imaginados, portanto, construídos para tentar apreender determinados fenômenos históricos específicos, como aponta Koseleck. A validade do conceito está na sua capacidade de captar as características fundamentais da realidade em questão. Desta forma, é lógico supor que os conceitos terão uma aplicação mais abrangente do que o fenômeno específico que toma por objeto.²⁶ Embora, certamente não se pode operar generalizações *a priori* a fim de explicar realidades dispares e complexas de forma simplificadora, necessitando estar sempre atentos à ambigüidade e as contradições inerentes ao processo histórico e aos conceitos que os representam.

A interpretação de Daniel Aarão Reis Filho, em uma de suas produções mais recente, ironicamente intitulada de *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*, onde parece reajustar suas concepções sobre o Golpe de 1964, vai a sentido semelhante e ao encontro da proposição de Jorge Ferreira. Para o referido autor os vencedores do movimento civil-militar que desfecharam o Golpe contra Goulart, formavam uma frente bastante heterogênea, unidos pela profunda aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945. Segundo ele este protagonismo era legitimado pela tradição trabalhista, identificada com o PTB, que sustentava lutas sociais e que desabou, através do golpe, com a República na qual prosperara. Neste sentido, as forças conservadoras teriam aproveitando o momento para destruí-la definitivamente por todos os meios, principalmente, alcançando a identidade da “malfadada tradição”, apagando-lhe o nome, rebatizando-a. Para ele “foi assim, que do Trabalhismo se fez o *Populismo*”.²⁷ Desta forma a crítica a esta tese pode ser encaminhada no mesmo sentido do trabalho anterior. Da legitimação total do trabalhismo e negação absoluta do populismo. Uma postura que pouco contribui para a

²⁵ Uma referencia sobre as práticas repressivas, só que mais especificamente na era Vargas: KONRAD, Diorge. **O Fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Campinas: Unicamp – IFCH, 2004. Tese de Doutorado.

²⁶ KOSELECK, Heinhart. **Futuro Passado**. Por uma semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

²⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Jorge Ferreira (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

percepção deste momento histórico em toda a sua complexidade, reduzindo as relações sociais a uma via de mão única, legitimadora de uma tradição.

É neste sentido que a compreensão de Fernando Teixeira da Silva e de Hélio Costa, em artigo intitulado *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes*, publicado na mesma coletânea de Jorge Ferreira, parece mais prudente e historicamente coerente. Estes autores questionam a validade ampla, vaga e genérica do “populismo” para explicar um conjunto de fenômenos e realidades históricas distintas, tais como classes, partidos, regimes, etc. numa concepção normativa e totalizante. O desafio seria, então, pensar a ambigüidade histórica que lhe é inerente. Ambigüidade que para eles, “não implica nenhuma concepção linear que vai da aquiescência ao confronto, mas que envolve a simultaneidade paradoxal das duas situações no tempo e no espaço”.²⁸

Consequente, em diferentes conjunturas, o populismo não deixou de ser um espaço de lutas dos trabalhadores, tornando-se um campo mais complexo e dinâmico do que pressupunham as teses que reforçavam a imagem de uma classe operária passiva e manipulada pelo Estado. Os trabalhadores foram capazes de superar, em diferentes momentos, os obstáculos colocados pela legislação sindical e trabalhista – entendida aqui também como um terreno em disputa. Instituíram na prática ainda uma legítima representação de seus interesses, na medida e quem o populismo não era tido invariavelmente como um fechado e acabado sistema de dominação, mas como um aberto e indeterminado jogo político que implicava barganhas políticas e evidentes conquistas de direitos.²⁹

Destarte, esta pode ser entendida como uma forma coerente, não absolutizadora, mas também não totalmente complacente com as práticas corporativas de se pensar o populismo como um fenômeno político aberto e contraditório.

Encaminhamentos Finais

Espero ter podido, neste texto, contribuir para a reavaliação do conjunto das mais significativas explicações formuladas para interpretar o golpe civil-militar de 64 a uma suposta derrota das esquerdas. Não se compreende o golpe como uma determinação histórica, um fato dado pelo conjunto relações econômicas e políticas. Se alguns autores fizeram crítica ao

²⁸ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes*. In: Jorge Ferreira (Org). *Idem*, p – 217.

²⁹ *Idem*. P-271.

determinismo econômico, caíram ao contrário, no determinismo político. Espera-se ter deixado claro, também, que não se pode sob uma pretensa aparência de distanciamento, assumir o discurso legitimador dos vencedores do movimento golpista com explicação globalmente válida para o desencadeamento do movimento sedicioso. Assim, as esquerdas viraram culpadas pelo golpe da direita, como disseram em 1964.

Não se repetirá aqui os argumentos expostos durante o texto, apenas limita-se a afirmar que compreendo não existir uma interpretação globalmente válida para explicar o golpe de 64. Diferentes formas de interpretar o golpe, tanto a partir de causas estruturais da sociedade brasileira, quanto referenciado em conjunturas políticas, não são mutuamente excludentes, embora às vezes possam parecer contraditórias. É na síntese entre as múltiplas determinações que devemos buscar os encadeamentos e nexos históricos que nos ajudem a compreender o processo Histórico, não com um momento dado, mas como uma contradição em processo.

Por fim ressalta-se que este é um campo de estudo ainda incipiente e muito pouco visitado. Muita coisa precisa ser estudada para que possamos entender os desdobramentos históricos no período pré-64, sem apelarmos para os discursos legitimadores dos golpistas, ou encarar o fato em si mesmo, como uma explicação auto-suficiente e nem apelar para saídas ambíguas, como culpabilizar supostas crises mal explicadas ou por a culpa nas classes médias. Muito pouco se produziu sobre o real papel dos movimentos sociais e da consolidação crescente da democracia no início da década de 1960, assim como em todo o período genericamente chamado de democracia populista. Por isso, muito trabalho se tem a fazer e por isso, para nós historiadores isto significa mãos à obra.

Referências Bibliográficas:

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47 - 2004. P. 181 – 212.

_____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Jorge Ferreira (Org.). **O populismo e sua história: Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47– 2004. P. 29-60.
- _____. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 5. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.
- KOSELECK, Heinhart. **Futuro Passado**. Por uma semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- KONRAD, Diorge. **O Fantasma do Medo: O Rio Grande Do Sul, a repressão policial e os Movimentos Sócio-Políticos (1930-1937)**. Campinas: Unicamp - IFCH, 2004. Tese de Doutorado.
- MORAES, João Quartim de. **Liberalismo e Ditadura no Cone Sul**. Campinas: Unicamp, IFCH, 2001. (Coleção Trajetória; 7)
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Jorge Ferreira (Org.). **O populismo e sua História: Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes. In: Jorge Ferreira (Org.). **O populismo e sua História: Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SILVA, Fernando Teixeira da. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In: **Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do trabalho**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 24, n° 47, p. 13-28 – 2004.